

7º Concurso CBCA /ALACERO para Estudantes de Arquitetura

Edifício destinado a Habitação Social

Memorial

São Paulo

2014

LOCALIZAÇÃO

O local foi escolhido devido à necessidade urgente do bairro com um adensamento populacional irregular. Devido a esse fator, foi escolhido esse local para a implantação do projeto arquitetônico aqui proposto, Habitação de Interesse Social.

O lote está sobre a supervisão e fiscalização da Subprefeitura da Freguesia do Ó /Brasilândia, que define em seu Plano Regional Estratégico:

Vista do Terreno ZEIS-2



Autor: Rodrigo de Paula

OOOOOOOO – Zona de Centralidade Linear

ZEIS 2 - Zona Especial de Interesse Social -

ZONA DE CENTRALIDADE LINEAR

DESCRIÇÃO	DADOS	TOTAL	PROJETO
Área m ²	12.648m ²	-	-
Zonas de Uso	ZEIS 2	-	-
CA Mínimo	0,2	2.529,60m ²	-
CA Básico	1,0	12.648,00m ²	6.936m ²
CA Máximo	2,0	25.296,00m ²	-
Taxa de ocupação máxima	0,7	8.853,60m ²	1.734m ²
Taxa de Permeabilidade Mínima	0,15	1.897,20m ²	Ok
Lote mínimo (m ²)	125m ²	-	Ok
Frente mínima (m)	5,0m	-	Ok
Gabarito Altura Máxima (m)	SEM LIMITE	-	Ok
Frente	5,0m	-	Ok
Altura da edificação < ou = 6,00m	Não exigido	Não exigido	-

Com base nos levantamentos de dados, parte-se do princípio em projetar dois conjuntos baixos com tipologias diferentes para atender um percentual da população cadastrada no levantamento inicial. O projeto irá priorizar a habitação, mas também

fará desta região uma zona de centralidade linear conforme proposto pela Municipalidade.

OBJETIVOS GERAIS:

A elaboração desse memorial de Habitação de Social tem como objetivo a maior consolidação do planejamento da ação do Poder Municipal referente à questão habitacional em um determinado espaço e tempo. Determinar as diretrizes a serem seguidas para o plano ser bem sucedido.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

A elaboração do plano tem como objetivos específicos:

- Realizar e diagnosticar o setor habitacional
- Elaborar a estratégia das ações de intervenção urbanística e moradia.

JUSTIFICATIVA

Diante de todo o levantamento de dados da área estudada, entende-se que, embora a desigualdade social seja um dos fatores fundamentais para o surgimento e o agravamento da crise da moradia, a dinâmica habitacional não pode ser avaliada apenas a partir da ótica da distribuição de renda. Mesmo nos países desenvolvidos, em que os rendimentos se distribuem de forma mais balanceada, a intervenção pública no campo da moradia tem sido fundamental para garantir o acesso universal da população a esse tema.

Então podemos afirmar que o governo deve se equipar de instrumentos administrativos, técnicos, institucionais e políticos apropriados para atuarem de forma mais eficiente nesse setor. Considerando que a intervenção com obras não é suficiente para a inclusão social, as ações emergentes da política urbana em áreas deterioradas, ocupações ilegais, marcadas pela pobreza, não dispensará a contribuição de toda a sociedade: educadores, médicos, entre outros para assegurar a reversão da exclusão presente nessas regiões.

Todos nós devemos ter acesso a uma moradia digna, com isso, devemos elaborar com mais força e mais eficácia novas políticas públicas de intervenção em áreas.